

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
 Companhia Aberta
 CNPJ/ME nº 87.762.563/0001-03 | NIRE 43300010007

FATO RELEVANTE

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições da Resolução nº 44 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e do §4º do art. 157 da Lei nº 6.404/76, vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovada nesta data pelo Conselho de Administração da Companhia a transferência de:

(i) 29 (vinte e nove) ações PN da Irani Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 86.861.515/0001-00 detidas pela Companhia, em troca de 34.226 (trinta e quatro mil, duzentas e vinte e seis) quotas da CIACOI-Administração de Imóveis Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 78.621.174/0001-69, detidas pela Companhia Comercial de Imóveis, inscrita no CNPJ sob o nº 92.752.377/0001-15, com pagamento nesta data, de compensação pela Companhia à Companhia Comercial de Imóveis, pela diferença de valor dos ativos, no valor de R\$ 7.069,23 (sete mil e sessenta e nove reais e vinte três centavos); e

(ii) 3.036.633 (três milhões, trinta e seis mil e seiscentas e trinta e três) ações da Irani Papel e Embalagens S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 92.791.243/0001-03, detidas pela Companhia, em troca de 29.214 (vinte e nove mil, duzentas e quatorze) quotas da CIACOI detidas pela Irani Participações S.A., com pagamento nesta data, de compensação pela Companhia à Irani Participações Ltda. pela diferença de valor dos ativos, no valor de R\$ 5,91 (cinco reais e noventa e um centavos).

As transferências são realizadas entre sociedades de controle societário comum, foram fundamentadas em laudos de avaliação econômica elaborados de forma independente por empresa especializada, não acarretando alteração no patrimônio da Companhia, e estão alinhadas com o objetivo estratégico de racionalização de ativos e otimização societária da Companhia.

Porto Alegre, 27 de dezembro de 2023.

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
 Odivan Carlos Cargnin
 Diretor de Administração, Finanças e Relações com Investidores

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO **Google play**

DISPONÍVEL NA **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S. A., CUTELARIA

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 90.050.238/0001-14 – NIRE: 43300005071

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 14 dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três (14/12/2023), às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia, sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, reuniram-se os Membros do Conselho de Administração de TRAMONTINA S/A CUTELARIA. Aberta a reunião e dirigida pelo seu Presidente, Sr. Eduardo Scomazzon, e secretariada pelo seu Vice-Presidente Sr. Marcos Tramontina, informou o Sr. Presidente que a finalidade desta reunião é de, por força do artigo 17, parágrafo 2º do Estatuto Social, autorizar a Diretoria Executiva a contratar operações de derivativos com a finalidade de proteção cambial (hedge) de suas exportações e importações e de commodities. As contratações de derivativos ficam autorizadas exclusivamente para o exercício social do ano de 2024, e findo o mesmo, o tema deverá ser novamente deliberado por esse Conselho de Administração. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente solicitou a lavratura da presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos. Carlos Barbosa, RS, em 14 de dezembro de 2023. (ass.) Eduardo Scomazzon – Presidente; Marcos Tramontina – Secretário; Ildo Paludo, Joselito Gusso e Inácio Chies. A presente é cópia fiel da ata transcrita do Livro próprio. Carlos Barbosa, RS, em 14 de dezembro de 2023. Eduardo Scomazzon – Presidente. Marcos Tramontina – Secretário. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 9498939 em 27/12/2023 da Empresa TRAMONTINA S.A. CUTELARIA, CNPJ 90.050.238/0001-14 e Protocolo 23/482565-1 de 19/12/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



Relatório da Administração
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Simpala Veículos S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias Ações Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais. Porto Alegre-RS, 02 de outubro de 2023. A Administração.

Balanco Patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)
Table with columns: Ativo, Circulante, Não circulante, Total do ativo. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Estoques, Adiantamentos a terceiros, etc.

Passivo e patrimônio líquido
Table with columns: Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido. Rows include Fornecedores, Obrigações tributárias, etc.

4. Caixa e equivalentes de caixa
5. Contas a receber: As contas a receber em 31/12/2022 representam em circulante R\$ 7.513 na controladora R\$ 11.589 no consolidado, e não circulante R\$ 499 no consolidado originadas das operações usais da Companhia, ajustadas ao valor presente quando aplicável, segregadas em curto e longo prazo.

7. Adiantamentos a terceiros
8. Impostos a recuperar: A Companhia possui créditos de impostos decorrentes da sua atividade normal, os quais serão compensados com débitos futuros, representando o valor de R\$ 17.238, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.168, em 31 de dezembro de 2021) para a controladora e R\$ 17.360, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.290, em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

Demonstração do Resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

6. Estoques: Os estoques de matérias-primas, insumos, produtos acabados e produtos em processo de fabricação em 31/12/2022 representam em circulante R\$ 1.125 na controladora R\$ 1.125 no consolidado, e não circulante R\$ 1.125 no consolidado originadas das operações usais da Companhia, ajustadas ao valor presente quando aplicável, segregadas em curto e longo prazo.

9. Outros direitos realizáveis: A partir de 01/jan/22, com a publicação da Resolução BCB nº 120/2021, que determinou a observância ao disposto no CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, os registros contábeis do consolidado foram ajustados parcialmente no objetivo do seu atendimento.

Fluxo de caixa da atividade operacional
Lucro líquido do exercício
Fluxo de caixa das atividades de investimentos
Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Receita operacional líquida
Custos dos produtos e serviços
Lucro bruto
Despesas/Receitas operacionais
Despesas administrativas
Despesas com vendas
Outras receitas (despesas) operacionais
Equivalência patrimonial
Lucro operacional antes do resultado financeiro

11. Imobilizado:
Controladora
Consolidado
Taxa D.A.

Saldo no Início do Exercício
Resultado da equív. patrimonial
Saldo no Final do Exercício

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)
Table with columns: Descrição, Capital social, Reserva legal, Reserva especial, Reserva de lucros, Lucros/(Prejuízos) acumulados, Participação de não controladores, Total.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional: A Simpala Veículos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em Porto Alegre/RS. A Companhia iniciou suas atividades em 1971 e, atualmente, tem como atividade principal o comércio, importação e exportação de veículos, peças, acessórios e motores, bem como a prestação de serviços de oficina a viaturas automotoras, podendo participar de outras sociedades e prestar serviços de correspondente bancário. A Companhia possui participação direta na seguinte sociedade controlada: Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda. A sociedade tem por objeto a organização e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de veículos de fabricação nacional ou estrangeira e qualquer outro bem, nos termos da Lei nº 5.768, de 20/déz./1971, e atos normativos correlatos expedidos pelos Órgãos Governamentais competentes, podendo participar de outras sociedades. A sociedade controlada compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia. Venda de bens para a Sponchiado Jardine Veículos Ltda. No dia 30 de junho de 2022 através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Bens e Outras Avenças, a sociedade realizou a venda de bens para a Sponchiado Jardine Veículos Ltda., conforme objeto contratual apresentado abaixo: A Vendedora é proprietária e legítima possuidora dos bens descritos e caracterizados ao presente contrato em termo apartado subscrito entre as partes, o qual é parte integrante deste instrumento, incluindo móveis, equipamentos e sistemas de informática, equipamentos e ferramentas de oficina mecânica, de funilaria e pintura, todos os quais se encontram livres e desembaraçados de ônus, encargos, gravames ou ações. Os bens móveis foram revisados e retificados pelas partes até a data da posse, para que nele passassem a constar, exclusivamente, os bens que integram a operação e necessários para a exploração da concessionária GM pelo Sponchiado Jardine Veículos Ltda. Sendo assim, as demonstrações financeiras não foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 02 de outubro de 2023.

3.2. Classificação em circulante e não circulante: Os bens, direitos e obrigações com vencimento ou expectativa de realização/liquidação dentro do prazo de até 12 meses estão classificados nos itens circulantes e, os após esse prazo, nos itens não circulantes. 3.3. Caixa e equivalentes de caixa: A caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário disponível na Companhia quando da data de levantamento do balanço e os depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em valores de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. 3.4. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras estão reconhecidas ao preço justo de realização. As aplicações de renda fixa são atualizadas através do método de juros efetivos, e as vinculadas às cotizações com base no valor de mercado, sendo que os rendimentos/perdas decorrentes dessas avaliações são registrados em contrapartida do resultado do exercício. 3.5. Contas a receber de clientes: Correspondem ao valor de realização de clientes (duplicatas, cartões de créditos e cheques). Estão demonstrados pelos valores originais, deduzidos das eventuais provisões para perdas no recebimento de créditos. 3.6. Estoques: Os estoques de peças, acessórios e outros foram avaliados pelo custo médio de aquisição; os estoques de veículos novos e usados são avaliados pelo custo de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de reposição ou de mercado. 3.7. Despesas antecipadas: As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, sendo apropriadas, mensalmente, no resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, assinaturas, entre outros. 3.8. Investimentos: Controladora Participação em controlada. Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos de equivalência patrimonial na Controladora quanto à participação em controlada, conforme demonstrado na nota explicativa "10". 3.9. Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciações acumuladas. Depreciações acumuladas: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído ao custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. 3.10. Intangível: Classificam-se nesse grupo, os gastos com marcas e patentes, e estão mensurados pelo custo histórico de aquisição. 3.11. Fornecedores de veículos: O saldo desse grupo de contas corresponde ao valor a pagar aos fornecedores de veículos, peças e acessórios e serviços prestados. 3.12. Instituições financeiras: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e, posteriormente, ajustados pelos encargos incorridos ao custo amortizado. Os empréstimos e financiamentos são contratados com taxas pré-fixadas e pós fixadas, sendo que o reconhecimento dos encargos correspondentes é feito em contrapartida do resultado do exercício e, quando aplicável, trazidos a valor presente, utilizando a taxa efetiva dos contratos de financiamentos. 3.13. Outras contas do ativo e passivo circulante e não circulante: São demonstrados pelo valor de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). 3.14. Obrigações de atividades de consórcio: (a) As obrigações de atividade de consórcio representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, acrescidos de atualizações monetárias e recurso de grupos em formações. (b) Posição das operações de consórcios. (c) A taxa de administração arrecadaada nos grupos de consórcios está de acordo com os seguintes percentuais médios: - Automóveis: 21,64% - Imóveis: 18,18%

A evolução do ativo imobilizado de janeiro a dezembro de 2022 está assim demonstrada:
Controladora
Consolidado
Saldo inicial
Aquisições
Baixas
Depreciações
Saldo final

12. Fornecedores: A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses) representando R\$ 1.650, em 31 de dezembro de 2022 para a controladora e R\$ 951 para o consolidado (R\$ 2.949, em 31 de dezembro de 2021 para a controladora e R\$ 2.043 para o consolidado). 13. Empréstimos e financiamentos: A composição dos financiamentos, considerando os valores circulantes e não circulantes está demonstrada da seguinte maneira:

31/dez./22
Receita do período e constituição de créditos a receber correspondente às taxas de administração dos consorciados contemplados a partir de 01.01.2022, já deduzidos dos valores totais das comissões pagas e a pagar desses consorciados
Diferimento das comissões e incentivos de venda pagas pelas vendas a partir de 01.01.2022 para amortização pelo prazo do contrato
Efeito total no resultado no período

Data
Taxa Antecipada
Valor da Venda
Prazo
Taxa Futura
31/dez./22
36.298
27.542
Outubro/27

Instituição financeira
Finalidade
Controladora/Consolidado
2022/2021
2022/2021

14. Obrigações tributárias
Circulante
Não circulante
Controladora
Consolidado
2022/2021
2022/2021

15. Obrigações previdenciárias
Circulante
Não circulante
Controladora
Consolidado
2022/2021
2022/2021
16. Obrigações com pessoal
Circulante
Não circulante
Controladora
Consolidado
2022/2021
2022/2021
17. Outras obrigações a pagar
Circulante
Não circulante
Controladora
Consolidado
2022/2021
2022/2021
18. Obrigações de atividades de consórcio: Representam as obrigações junto aos consorciados desistentes, excluídos e cobranças judiciais, deduzidos da multa rescisória contratual, valores a serem ressarcidos pelos excessos de amortização e valores rateados no encerramento do grupo.
Circulante
Não circulante
Controladora
Consolidado
2022/2021
2022/2021
19. Partes relacionadas: No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidos pela Companhia operações com partes relacionadas, tais como contas a pagar de negociações comerciais, dividendos a pagar e contratos entre as partes. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo na controladora representa R\$ 1.128 no ativo não circulante e R\$ 2.427 no passivo não circulante (em 2021 R\$ 1.102 no ativo não circulante e R\$ 8.859 no passivo não circulante). Em 31 de dezembro de 2022 o saldo no consolidado representa R\$ 429 no ativo não circulante e R\$ 2.427 no passivo não circulante (em 2021 R\$ 1.102 no ativo não circulante e R\$ 8.859 no passivo não circulante).
20. Provisões para contingências: A Companhia consta como ré em processos de natureza trabalhista, civil e tributária. A perda estimada, foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis no montante de R\$ 550 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 550 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$ 619 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 550 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.
Continua

Simpala Veículos S.A.		Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)																																																																														
<p>21. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 19.543, dividido em 12.042.614 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas por pessoas físicas residentes no país, exceto pela parcela a integralizar no valor de R\$ 500, e 2.500.000 ações preferenciais nominativas de valor nominal de R\$ 3,00 (três) reais cada. Reservas de lucros: O saldo da conta de Lucros Acumulados será destinado à Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76. Reserva especial: A Companhia optou pela constituição de Reserva Especial no valor de 25% dos lucros após a constituição da reserva legal. Ações em tesouraria: As ações recompradas no curso do exercício são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado no patrimônio líquido como redutora da conta de capital.</p>																																																																																
<p>22. Receita operacional líquida</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita bruta</td> <td>109.756</td> <td>161.420</td> <td>168.686</td> <td>180.367</td> </tr> <tr> <td>Venda de veículos novos</td> <td>64.924</td> <td>94.180</td> <td>64.924</td> <td>94.180</td> </tr> <tr> <td>Venda de veículos seminovos</td> <td>28.560</td> <td>43.899</td> <td>28.560</td> <td>43.899</td> </tr> <tr> <td>Venda de peças e serviços</td> <td>16.272</td> <td>23.341</td> <td>16.272</td> <td>23.341</td> </tr> <tr> <td>Prestação serviços adm.de consórcios</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>58.930</td> <td>18.947</td> </tr> <tr> <td>Deduções da receita bruta</td> <td>(2.343)</td> <td>(3.662)</td> <td>(2.343)</td> <td>(3.662)</td> </tr> <tr> <td>Impostos s/vendas</td> <td>(1.291)</td> <td>(1.967)</td> <td>(1.291)</td> <td>(1.967)</td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>(154)</td> <td>(223)</td> <td>(154)</td> <td>(223)</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td>(714)</td> <td>(1.028)</td> <td>(714)</td> <td>(1.028)</td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>(260)</td> <td>(396)</td> <td>(260)</td> <td>(396)</td> </tr> <tr> <td>ISS</td> <td>(163)</td> <td>(320)</td> <td>(163)</td> <td>(320)</td> </tr> <tr> <td>Devoluções de vendas</td> <td>(1.052)</td> <td>(1.695)</td> <td>(1.052)</td> <td>(1.695)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>107.413</td> <td>157.758</td> <td>166.343</td> <td>176.705</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2022	2021	2022	2021	Receita bruta	109.756	161.420	168.686	180.367	Venda de veículos novos	64.924	94.180	64.924	94.180	Venda de veículos seminovos	28.560	43.899	28.560	43.899	Venda de peças e serviços	16.272	23.341	16.272	23.341	Prestação serviços adm.de consórcios	-	-	58.930	18.947	Deduções da receita bruta	(2.343)	(3.662)	(2.343)	(3.662)	Impostos s/vendas	(1.291)	(1.967)	(1.291)	(1.967)	PIS	(154)	(223)	(154)	(223)	COFINS	(714)	(1.028)	(714)	(1.028)	ICMS	(260)	(396)	(260)	(396)	ISS	(163)	(320)	(163)	(320)	Devoluções de vendas	(1.052)	(1.695)	(1.052)	(1.695)		107.413	157.758	166.343	176.705
	Controladora		Consolidado																																																																													
	2022	2021	2022	2021																																																																												
Receita bruta	109.756	161.420	168.686	180.367																																																																												
Venda de veículos novos	64.924	94.180	64.924	94.180																																																																												
Venda de veículos seminovos	28.560	43.899	28.560	43.899																																																																												
Venda de peças e serviços	16.272	23.341	16.272	23.341																																																																												
Prestação serviços adm.de consórcios	-	-	58.930	18.947																																																																												
Deduções da receita bruta	(2.343)	(3.662)	(2.343)	(3.662)																																																																												
Impostos s/vendas	(1.291)	(1.967)	(1.291)	(1.967)																																																																												
PIS	(154)	(223)	(154)	(223)																																																																												
COFINS	(714)	(1.028)	(714)	(1.028)																																																																												
ICMS	(260)	(396)	(260)	(396)																																																																												
ISS	(163)	(320)	(163)	(320)																																																																												
Devoluções de vendas	(1.052)	(1.695)	(1.052)	(1.695)																																																																												
	107.413	157.758	166.343	176.705																																																																												
<p>23. Receitas e despesas financeiras, líquidas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>17</td> <td>48</td> <td>17</td> <td>48</td> </tr> <tr> <td>Descontos obtidos</td> <td>3</td> <td>5</td> <td>3</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Juros recebidos</td> <td>511</td> <td>199</td> <td>519</td> <td>206</td> </tr> <tr> <td>Rendas financeiras</td> <td>531</td> <td>252</td> <td>539</td> <td>259</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(2.021)</td> <td>(887)</td> <td>(2.021)</td> <td>(887)</td> </tr> <tr> <td>Juros pagos</td> <td>(626)</td> <td>(330)</td> <td>(626)</td> <td>(330)</td> </tr> <tr> <td>Despesas bancárias</td> <td>(343)</td> <td>(132)</td> <td>(343)</td> <td>(132)</td> </tr> <tr> <td>Descontos concedidos</td> <td>(2.625)</td> <td>(1.148)</td> <td>(2.625)</td> <td>(1.148)</td> </tr> <tr> <td>Juros s/ empréstimos bancários</td> <td>(5.615)</td> <td>(3.497)</td> <td>(5.615)</td> <td>(3.497)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(5.084)</td> <td>(3.245)</td> <td>(5.076)</td> <td>(3.238)</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2022	2021	2022	2021	Receitas financeiras	17	48	17	48	Descontos obtidos	3	5	3	5	Juros recebidos	511	199	519	206	Rendas financeiras	531	252	539	259	Despesas financeiras	(2.021)	(887)	(2.021)	(887)	Juros pagos	(626)	(330)	(626)	(330)	Despesas bancárias	(343)	(132)	(343)	(132)	Descontos concedidos	(2.625)	(1.148)	(2.625)	(1.148)	Juros s/ empréstimos bancários	(5.615)	(3.497)	(5.615)	(3.497)		(5.084)	(3.245)	(5.076)	(3.238)															
	Controladora		Consolidado																																																																													
	2022	2021	2022	2021																																																																												
Receitas financeiras	17	48	17	48																																																																												
Descontos obtidos	3	5	3	5																																																																												
Juros recebidos	511	199	519	206																																																																												
Rendas financeiras	531	252	539	259																																																																												
Despesas financeiras	(2.021)	(887)	(2.021)	(887)																																																																												
Juros pagos	(626)	(330)	(626)	(330)																																																																												
Despesas bancárias	(343)	(132)	(343)	(132)																																																																												
Descontos concedidos	(2.625)	(1.148)	(2.625)	(1.148)																																																																												
Juros s/ empréstimos bancários	(5.615)	(3.497)	(5.615)	(3.497)																																																																												
	(5.084)	(3.245)	(5.076)	(3.238)																																																																												
<p>24. Cobertura de seguros (não auditados): Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratada por valores condizentes. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.</p>																																																																																
<p>25. Julgamento Temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal: Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu por unanimidade que uma decisão definitiva favorável às empresas sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seu efeito caso posteriormente o STF a julgue de forma contrária. A Companhia avaliou o tema julgado nesta decisão que abrange Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e informa que recolhe regularmente a contribuição. A Companhia ainda está avaliando junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadram na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF e os eventuais impactos que a referida decisão possa ter sobre as suas demonstrações financeiras.</p>																																																																																
<p>26. Eventos subsequentes: No dia 31/03/2023 ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária, a qual teve como ordem do dia: a) Alterar o endereço da sede com a consequente alteração do artigo 2º; b) alterar o artigo 3º que trata do objeto, tendo em vista o cancelamento da concessão junto a General Motors do Brasil Ltda; c) alterar a denominação social, com a consequente alteração do artigo 1º; d) alterar o artigo 8º que trata da composição da diretoria e Eleição da Diretoria em vista desta alteração; e) exclusão do artigo 10º que trata do impedimento ou ausências temporárias dos diretores; f) exclusão do artigo 11º que trata da vacância dos cargos da Diretoria; g) alteração do artigo 13º que trata das reuniões de diretoria e da convocação das mesmas; h) alteração do artigo 14º que trata dos poderes da Diretoria; i) alteração do artigo 16º que trata da instalação e presidência da Assembleia Geral; j) aprovar a consolidação do Estatuto Social.</p>																																																																																
Porto Alegre/RS, 31 de dezembro de 2022		LIZANE DEGRAZIA VIANNA - Diretora Presidente - CPF 764.627.900-59		VALDECIR DANQUIMAIA MACEDO - TC CRC/RS nº 68.974 - CPF 304.276.220-34																																																																												
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras																																																																																
<p>Aos Diretores e Acionistas da Simpala Veículos S.A. Porto Alegre – RS</p> <p>Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Simpala Veículos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Simpala Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião com ressalva: Confirmações externas de saldos (controladora): Não foram recebidas a totalidade das respostas das solicitações de confirmações externas de saldos enviadas às instituições financeiras e assessores jurídicos da Companhia. Nesses termos, não foi possível confirmar os saldos registrados na contabilidade, relativos a estas operações, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>Impostos e contribuições a recolher (consolidado): A companhia possui parcelamentos de impostos e contribuições reconhecidos no passivo, totalizando R\$ 8.292 mil. Não foi apropriado contabilmente a atualização com respectivos acréscimos legais incidentes sobre esses valores dos parcelamentos, cujos efeitos não quantificamos.</p> <p>Reconhecimento de receitas (consolidado): Conforme mencionado na Nota Explicativa "3.1.1", objetivando atender aos termos da Resolução BCB nº 120/2021, a administradora alterou alguns procedimentos contábeis, mais especificamente quanto ao reconhecimento da taxa futura calculada sobre os consorciados contemplados a partir de 01.01.2022. Ocorre que o atendimento adequado à referida norma, no melhor entendimento ao CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, determina o critério de reconhecimento das receitas e todos os custos/despesas vinculadas a estas pelo regime de competência, quando as obrigações de performance forem plenamente cumpridas perante aos clientes, no caso da administradora, isso ocorre ao longo do tempo de administração dos grupos de consórcios. Caso a administradora de consórcios receba antecipadamente o pagamento pela taxa de administração sem a transferência do serviço, o valor recebido deverá ser contabilizado em um passivo contratual e baixado contra receita conforme a satisfação da obrigação de performance. Do contrário, satisfeita a obrigação de performance a ser recebida posteriormente, limitado ao direito executável pelo recebimento do desempenho concluído, a receita é reconhecida em contrapartida ao contas a receber. Portanto, os valores das taxas futuras não poderiam ser reconhecidos em sua totalidade no ativo da administradora, cujos efeitos representam R\$ 3.010 mil. Não quantificamos os efeitos das antecipações de taxas que foram realizadas para o pagamento de comissões e/ou para pagamento dos lances pelos consorciados que deveriam refletir uma obrigação no passivo da administradora.</p> <p>Custos de comissionamento (consolidado): Objetivando ainda atender aos termos da Resolução BCB nº 120/2021, a administradora alterou alguns procedimentos contábeis, mais especificamente quanto ao reconhecimento das comissões devidas sobre as vendas a partir de 01.01.2022, a qual passou a ser diferida em conta de ativo e realizada ao resultado na mesma proporção das respectivas receitas com taxas de administração. Ocorre que parte dessas receitas já foram realizadas em decorrência de cessões de créditos e as respectivas comissões não foram realizadas ao resultado, representando um efeito de R\$ 751 mil a menor do resultado. Adicionalmente, existe um grande volume de cancelamentos e necessidade de reposição das quotas de consórcios, em torno de 45,90% no ano de 2022, sendo que o percentual equivalente não foi tratado pela administração a título de provisão sobre as comissões diferidas, deduzidas das eventuais penalizações impostas a esses consorciados, cujos efeitos não quantificamos.</p> <p>Provisão demais custos sobre cessões das taxas de administração (consolidado): Conforme indicado na Nota Explicativa "3.14.d", a administradora realizou antecipação de recursos futuros no montante de R\$ 36.298 mil, decorrentes de taxas futuras anteriores a 31 de dezembro de 2022, afetando seu resultado e cuja liquidação está condicionada ao recebimento das parcelas juntos aos consorciados contemplados e adimplentes, com vencimento até outubro de 2027. Ocorre que não foi reconhecida uma provisão para fazer frente aos demais custos e despesas relacionadas a essas receitas, tomando por base folha de salários, honorários, comunicações, aluguéis, despesas bancárias e processamento de dados, necessários para fazer frente a administração dos grupos de consórcios até o seu encerramento, cujos efeitos representam um passivo e despesa a menor em R\$ 718 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.</p> <p>Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional: Conforme mencionado na nota explicativa "1" Contexto Operacional, no dia 30 de junho de 2023 através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Bens e Outras Avenças, a sociedade realizou a venda de bens para a Sponchiado Jardine Veículos Ltda. Sendo assim, as demonstrações financeiras não foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.</p> <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Porto Alegre, 02 de outubro de 2023.</p> <p>MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES PORTO ALEGRE S/S CRC-RS Nº 005867/O-2</p> <p>Cleber Leocadio Uchoa Floriano Contador CRC-PR Nº 064924/O-7S/RS</p>																																																																																



ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!